

ATA DA 082ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Arnaldo Moraes - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Gilmar Knaesel - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença de alunos da Escola de Educação Básica Marina Vieira Leal, do município de Gaspar, que estão acompanhados dos educadores Roseli, Enéias, Fabiana e Amarildo.

Sejam todos bem-vindos ao Parlamento catarinense!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência registra e agradece a presença dos professores e dos alunos da Escola de Educação Básica Marina Vieira Leal, do município de Gaspar.

Sintam-se bem. É uma alegria recebê-los nas galerias da nossa Assembleia Legislativa para acompanharem a sessão desta quinta-feira.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar, em primeiro lugar, o deputado Serafim Venzon, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Quero inicialmente cumprimentar o deputado federal Marco Tebaldi e sua equipe, aqui representada pela assessora Nadir Marques, que estão organizando, para sábado, dia 21 de setembro, em Joinville, o II Fórum Estadual da Mulher Tucana, ao qual estarão presentes a deputada estadual Zilá Maria Breitenbach, do Rio Grande do Sul, o senador catarinense Paulo Bauer, a vice-presidente nacional do PSDB Mulher, Thelma de Oliveira, a palestrante Lena Souza, além, é claro, dos deputados estaduais peessedebistas catarinenses.

Aproveito a oportunidade para convidar todas as mulheres tucanas, todas as simpatizantes do nosso partido a se fazerem presentes a esse evento tão importante para a política de Santa Catarina.

Sr. presidente, recebi, há alguns dias, uma delegação de alunos da Escola Estadual Básica São José, acompanhada do professor Soares Cardoso da Silva e pela professora Luzilei Adriana de Souza Campos, que me trouxe algumas sugestões. Uma delas foi a de escolher uma data e consagrá-la como dia estadual da conscientização social. Eles trouxeram, inclusive, um anteprojeto de lei, dentro da tarefa que a professora havia lhes passado, que tem o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"Art. 1º. Fica instituído o Dia Estadual da Conscientização Social, a ser comemorado no dia 3 de junho no estado de Santa Catarina.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Justificativa

No dia 3 de junho é comemorado o Dia Internacional da Comunidade Social, evento criado pelo ONU em homenagem às entidades que tratam da comunidade em termos sociais.

O objetivo é viabilizar uma parceria com universidades para que os alunos possam cumprir uma parte de sua carga horária extracurricular através de palestras de conscientização sob os mais variados temas nas escolas. Os temas abordados seriam de acordo com os cursos dos universitários [...].

A presente propositura legislativa partiu dos acadêmicos da Escola de Educação Básica São José, do município de São Joaquim, que participou do programa Parlamento Jovem, que é desenvolvido pela Escola do Legislativo Lício Mauro da Silveira e que visa desenvolver o senso crítico dos alunos de escolas públicas e privadas [...].”

Por último, sr. presidente, quero cumprimentar o deputado Darci de Matos, que apresentou um projeto de lei atendendo a um clamor dos estabelecimentos que vendem produtos óticos. Compreende-se como estabelecimentos óticos as lojas que vendem lentes oftálmicas incolores, coloridas, filtrantes, qualquer que seja a sua composição, com dioptria ou não, ou seja, com grau ou não.

Os representantes desses estabelecimentos sabem que comercializar esse tipo de produto exige um grau de responsabilidade grande, porque quando mal utilizados ou inadaptados podem fazer mal pelo grau de refração, pelo tipo de produto usado, pela falta de algum filtro etc. Por isso, conforme o projeto de lei do deputado Darci de Matos, tem que haver a responsabilidade técnica de um ótico devidamente habilitado com registro para exercer essa fiscalização.

Nós recebemos em nosso gabinete, representantes desses estabelecimentos pedindo justamente a aprovação do referido projeto, a fim de ordenar esse tipo de comércio.

Lembro-me, inclusive, srs. deputados e sras. deputadas, que em 2012 o deputado Gilmar Knaesel apresentou um projeto de lei muito semelhante a

esse do deputado Darci de Matos, que dispunha sobre a comercialização de produtos ópticos e que previa que o estabelecimento para poder funcionar tinha que ter, pelo menos, um responsável técnico habilitado, com vínculo empregatício ou societário exclusivo e durante todo o horário comercial.

Esse projeto de lei foi aprovado pelas comissões técnicas e depois transformado em lei por este Plenário. Foi encaminhado ao governador, à época Luiz Henrique da Silveira, para sanção, no entanto foi vetado por interferir no interesse público, ou seja, estaria limitando a facilidade de acesso do consumidor a esses produtos.

Agora, entretanto, estamos recebendo manifestações favoráveis por parte dos estabelecimentos especializados e vamos analisar a questão já sob outra ótica.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputado Serafim Venzon.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, aqueles que nos acompanham na manhã desta quinta-feira neste plenário, pela TVAL ou pela Rádio Alesc Digital.

Quero referir-me a uma notícia que ouvi na *Voz do Brasil*, na noite de ontem. Estava com o rádio ligado e ouvi a notícia "alvissareira" de que o governo federal havia decidido leiloar mais um trecho de rodovia federal no qual seriam instaladas seis praças de pedágio.

Não é em Santa Catarina, deputado Serafim Venzon, aqui nós já temos os nossos pedágios, as nossas praças de pedágio.

E entrevistaram um caminhoneiro, que disse que isso seria uma maravilha. Na verdade, foi um truque jornalístico, se me permitem dizer assim, com todo respeito aos jornalistas, mas o caminhoneiro estava referindo-se à maravilha que seria a rodovia duplicada.

Agora, o teor da notícia é que estavam apresentando como necessidade para a duplicação a privatização, a instalação de seis pedágios num trecho de uma rodovia federal.

Nós já conhecemos, no estado de Santa Catarina, essa história de pedágio, essa vergonha de pagar pedágio para poder andar numa estrada. Nós já conhecemos esse embuste! A empresa que ganhou a licitação, na verdade é um monopólio internacional, o OHL, ficou de fazer o contorno viário, a alça viária da Grande Florianópolis até fevereiro de 2012 - isso fazia parte do documento e do contrato de concessão da rodovia! Nós já estamos em setembro de 2013, um ano e meio depois da data para o término da obra, e dizem que ela só vai começar no ano que vem. Mas já há gente afirmando também que ainda vai ser discutido novamente o traçado da obra.

É a sociedade refém dos interesses empresariais, dos interesses de monopólios internacionais, especialmente, mas nacionais também, evidentemente!

Esse negócio de pedágio em estrada é coisa da Idade Média, mas aqui apresentam como se fosse o suprassumo da modernidade. Pagar pedágio para quem? Para o senhor feudal, para aquele que controlava aquela parte do território. Muitas vezes era a própria igreja. Aliás, esse foi um dos motivos que levaram à irritação a massa francesa que fez a Revolução de 1789, a Revolução Burguesa, ou seja, justamente o peso enorme para os novos ricos - a burguesia, os empresários, o setor industrial - que tinham de pagar pedágio para transportar suas mercadorias de um lugar para outro. Esse foi um dos motivos da Revolução Francesa de 1789! E agora os pedágios são apresentados como o que há de melhor em termos de modernidade.

O governo federal, catarinenses, continua entregando rodovias e apresentando para a sociedade o embuste de que o monopólio que vai administrar a rodovia vai duplicar, vai triplicar, vai fazer alça de contorno. Em Santa Catarina, os seis milhões de catarinenses são testemunhas de

que esses contratos não são cumpridos. Ou aqui no nosso estado está sendo cumprido o contrato que a OHL fez com o governo federal, por acaso?!

Além dessa questão das estradas e dos pedágios, há o problema do leilão dos poços mais generosos de petróleo, que é um debate que vamos ter que fazer num outro dia.

Mas como estamos na quinta-feira, não posso deixar de dizer e repetir que o governo deve atentar para que a proposta de política salarial para os trabalhadores da Segurança Pública não atenda de forma muito generosa, de novo, os setores da cúpula e não irrite os setores da base, porque a proposta que está em debate não interessa aos soldados da PM. É preciso que o governador e os seus secretários percebam que o soldado não está levando nada em uma proposta que pretende ser paga em dois anos e meio. Suponho que valha a mesma lógica para a base da Polícia Civil.

A reposição da inflação dá empate com a proposta que está sendo apresentada como sendo a oitava maravilha. Então, é preciso que o governo reflita sobre isso para não entrar numa enalacrada já que não consegue mais dizer que o teto não precisa ser daquele tamanho. E se o teto precisa ser daquele tamanho, com certeza o piso precisa ser de tamanho diferente daquele apresentado.

Por fim, antes de terminar a semana, para que ela não passe sem que se faça referência a este assunto, quero dizer que este parlamentar está distante de todas as notícias que envolvem a suposta corrupção em convênios do ministério do Trabalho, cujo titular é o presidente estadual do PDT, Manoel Dias. O nosso mandato e as pessoas que o construíram estão muito distantes disso. Não participamos de nenhuma negociata, acordo ou indicação de cargo em comissão, nem no atual ministério, nem no governo estadual anterior, no qual a imprensa diz que houve convênios administrados por pessoas ligadas ao PDT que talvez não tenham sido executados de forma tão republicana.

Quero deixar muito claro, repito, que não participamos disso, não fomos convidados. Achei estranho que não fomos convidados para fazer capacitação profissional de jovens. Nós, que conhecemos centenas de estudantes, de professores universitários que poderiam contribuir, e muito, em convênios com as universidades, inclusive, não fomos consultados sobre nada. Quer dizer, não estamos nesse mundo de coisas.

Não há como não fazer referência porque comprova o que havíamos dito na semana passada: a chantagem do ministro do Trabalho para permanecer no cargo. Havia falado para alguns meios de comunicação que chegou ao ministério por uma chantagem política: ou dá o ministério para esse pedetista que está lá e não a outro, ou o PDT não apoiará Dilma Rousseff em 2014. E cito o seu destemperado na entrevista de ontem, ao jornal *O Globo*: "Se a Dilma me tirar, eu tomo providências!" "Quais as providências?", perguntou o repórter. "Impublicáveis", respondeu o ministro.

Acho que isso só comprova de forma eloquente o fato de que o ministério do Trabalho está sendo ocupado pelo mecanismo da chantagem política. É lamentável que seja assim, é horrível que seja assim. Por outro lado, isso também lava um pouco a minha alma, porque um dos motivos pelos quais o PDT alega que preciso ser expulso do partido é que não participo da vida partidária, não ajudo a construir o partido. Mas se for para construir esse tipo de relação, de fato estou fora!

O nosso movimento e a organização política da qual faço parte tinham um acordo com o Maneca Dias, que ele rompeu. Não participamos de absolutamente nada desse mar de coisas que tem aparecido na imprensa e que envergonha a sociedade e qualquer militante.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses que acompanham esta sessão, em 2012 propusemos e requeremos nesta Assembleia a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora de Santa Catarina, com o objetivo de apoiar, incentivar e realizar estudos relativos à saúde dos trabalhadores de nosso estado.

Essa frente nasceu com o apoio e por sugestão de entidades de trabalhadores e de lideranças de Santa Catarina, que entenderam ser necessário termos um movimento para debater as questões relacionadas à saúde do trabalhador.

Ficamos sabendo que éramos a primeira Assembleia Legislativa do país a criar esse tipo de frente, o que nos motivou a encaminhar expediente aos demais Parlamentos dos estados brasileiros sugerindo que também a criassem.

Um dos objetivos dessa frente parlamentar é construir um diagnóstico da saúde do trabalhador de Santa Catarina, a partir do diálogo e da cooperação entre os órgãos governamentais e os representantes de trabalhadores, de empregadores, ou seja, de todos os envolvidos nas relações de trabalho.

Neste momento, estamos especialmente preocupados com a saúde do trabalhador no serviço público em Santa Catarina. Por isso, na próxima semana faremos um evento relacionado ao servidor público, para o qual desde já convidamos todos a participarem de um seminário sobre saúde do trabalhador e da trabalhadora no serviço público catarinense. O seminário ocorrerá no dia 24 setembro, das 9h às 12h, no plenarinho desta Casa, no qual estarão presentes entidades sindicais ligadas ao serviço público, servidores e todos aqueles quem têm interesse nesse tema.

O debate é motivado pelas necessidades de se construir uma política estadual de saúde do servidor público em Santa Catarina e também em função de inúmeras denúncias que temos recebido em relação a esse tema.

Além disso, foi constatada a falta de dados sobre as doenças mais recorrentes e sobre o tempo que o servidor fica afastado do trabalho. E esses dados são imprescindíveis para subsidiar ações mais eficientes com relação à saúde do trabalhador no serviço público.

Tivemos, em 2009, a criação do Programa Estadual de Saúde Ocupacional do Servidor, focado na prevenção, no rastreamento e no diagnóstico precoce dos agravos na saúde relacionados ao trabalho. A partir desse programa foi editado um manual de saúde operacional do servidor público, que entendemos que não está sendo colocado em prática de forma integral.

Assim, um bom começo, com certeza, para garantirmos a prevenção e os cuidados necessários com a saúde, seria termos dados confiáveis sobre os acidentes de trabalho e as doenças ocupacionais, mas não há estatísticas consolidadas nesse sentido. Fizemos, inclusive, um pedido de informação ao governo do estado, mas a resposta que obtivemos foi de que o sistema que compila esses dados está sendo aperfeiçoado e, portanto, até o presente momento eles dados não estão disponíveis.

Repito, esses dados são importantes porque a partir deles poderemos propor políticas públicas com relação à saúde do trabalhador. Um exemplo de estudo, no que diz respeito ao governo do estado, é a pesquisa sobre o estresse ocupacional no âmbito da segurança pública, realizado em 2010. O estudo apontou que, de forma global, é possível avaliar que as principais fontes do estresse ocupacional estão concentradas nas condições de trabalho e na forma de organização das atividades, destacando-se a necessidade de realizar serviços extras para compor a base salarial, a estrutura de promoções, a necessidade de realizar plantões, trabalhar em finais de semana e a percepção de que a eficácia do trabalho é comprometida nas relações com a Justiça.

Tal estudo abrangeu trabalhadores das Polícias Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros e do Instituto Geral de Perícias. O estudo apontou

ainda que a autonomia na escolha de fazer trabalho extra para aumentar a renda financeira minimiza ou disfarça o sentimento de aumento da carga de trabalho.

Acreditamos que a realidade dos servidores da Segurança Pública seja parecida com a dos demais servidores públicos, porém precisamos conhecer as características de cada atividade para agirmos no foco da questão. Por isso, quando solicitamos dados, informações, estudos e diagnósticos é porque eles são fundamentais para a proposição da estratégica de solução dos problemas.

A boa notícia é o aumento dos recursos para a área da saúde, recursos esses provenientes da exploração do pré-sal. Esperamos que com isso haja um incremento de investimento na saúde do trabalhador, principalmente na prevenção, no atendimento e nos sistemas de notificação de acidentes de trabalho, pois as doenças ocupacionais são absolutamente previsíveis e os acidentes de trabalho não ocorrem por acaso.

Portanto, nossa intenção com esse seminário da semana que vem é colocar esse tema em evidência, debatê-lo e buscar soluções, sempre tendo em mente que o nosso foco desta feita é a questão do serviço público, mas sabendo que o mesmo vale para a área privada, na qual já houve alguns seminários, pois a prevenção somente acontecerá de fato se houver um amplo engajamento de todos os setores envolvidos: trabalhadores, empregadores, entidades empresariais da área privada, entidades de trabalhadores da área privada, órgãos públicos estaduais, municipais e entidades ligadas aos servidores públicos.

Portanto, entendemos que esse é um tema importante, que precisa e merece a atenção de todos. Por isso, esperamos que o seminário da próxima semana chame a atenção para o importante problema da saúde do servidor público de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, colegas deputados, deputadas, todos os que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Digital Alesc e mais especialmente todos os que estão presentes.

Sr. presidente, ocupo o horário do meu partido, o PSDB, para comemorarmos juntos uma data importante para a cultura catarinense especialmente das cidades de Pomerode e de Blumenau, deputado Jean Kuhlmann, que são os 50 anos do Grupo Folclórico Alpino Germânico.

Esse grupo se tornou, ao longo dos últimos 50 anos, uma referência na manutenção da tradição das danças típicas alemãs em nosso estado e no Brasil, mesmo porque o seu nível técnico é altíssimo, tanto que tem-se apresentado no vale do Itajaí, em algumas cidades do país e tem feito vários roteiros internacionais, especialmente na Alemanha.

O grupo foi fundado pelo sr. Francisco Zmazek, que nasceu na Polônia e muito criança teve a autorização de seus tios e pais para vir para o Brasil, tendo-se estabelecido em nossa região, onde, juntamente com sua esposa, dona Lili, dedicou-se ao comércio, mas também às tradições germânicas através da música e da dança.

Em 1968, deputado Jean Kuhlmann, em Blumenau, mais especificamente no pavilhão da Proeb, aconteceu a 1ª Festa da Cerveja. Os organizadores do evento convidaram o sr. Francisco Zmazek para acompanhar um grupo folclórico vindo da Baviera que viera abrilhantar a festa. Como ele conhecia o dialeto bávaro, passou a ser o interlocutor do grupo.

A apresentação do grupo encantou os participantes da festa e Guenther Steibach e Augustinho Schramm, dono das Lojas Hering e Flamingo à época, incentivadores do turismo de Blumenau, indagaram a Zmazek se não teria

condições de criar um grupo folclórico naqueles moldes. Zmazek se interessou pela ideia e ainda naquele ano reuniu um grupo de pessoas interessadas no Clube de Caça e Tiro Texto Salto para fundar uma entidade cultural.

Assim, em 29 de setembro de 1968, sob a coordenação de Francisco Zmazek, um grupo de jovens reuniu-se e discutiu os seguintes pontos de pauta: fundação do grupo folclórico, denominação do grupo e assuntos gerais. Após a explanação de Zmazek sobre a fundação do grupo folclórico, considerou-se fundada a entidade cultural com interesses voltados para a prática de danças folclóricas de caráter amador.

Na ocasião, definiu-se ainda que Zmazek presidiria o grupo folclórico e tomaria as providências necessárias para elaborar o estatuto. A reunião foi registrada em ata e os fundadores do Grupo Folclórico Alpino Germânico são os seguintes: Francisco Zmazek, Ari Egger, Roland Findeiss, Ruth Dehner, Reiwald Findeiss, Wilson Bruch, Isadora Wagner, Osni Hermann, Rosita Burkhart e Renata dos Reis.

A estreia do Grupo Folclórico Alpino Germânico aconteceu no dia 5 de maio de 1969, durante a Festa dos Cantores realizada no Centro Cultural 25 de Julho, em Blumenau.

Durante oito meses os dançarinos prepararam as coreografias para estarem prontos para sua primeira apresentação, acompanhados sempre por dona Linda, que ensaiava os passos, e por Zmazek, que treinava o sapateado.

Os jovens se apresentaram com a indumentária típica da Bavária, desconhecida até então na região de Blumenau. O traje foi confeccionado artesanalmente por várias pessoas e serviu de modelo para que o alfaiate confeccionasse as quatro calças de brim dos rapazes. Os suspensórios masculinos foram confeccionados por dona Linda.

Esse foi, portanto, o início da história do Grupo Folclórico Alpino Germânico, que nasceu em Texto Salto, na cidade de Blumenau, sob a coordenação do sr. Francisco Zmazek.

Desde a data da sua fundação o grupo se apresentou em quase todo o território nacional, realizando apresentações em festas típicas, em congressos e noutros eventos que tinham a finalidade da divulgação da tradição alemã.

Nessas ocasiões o grupo representou o município de Blumenau, posteriormente, Pomerode, ou até mesmo o estado catarinense, e é esse objetivo que o grupo persegue até a atualidade.

Por outro lado, o Grupo Folclórico Alpino Germânico inspirou outras pessoas a criarem grupos folclóricos na região do vale do Itajaí. Em 1982, o casal Zmazek viajou à Áustria e à Alemanha, onde aproveitou para procurar a indumentária típica do alpino. Ao retornar ao Brasil, trouxe na mala uma relação de acessórios que, naquele ano ainda, foram adquiridos e doados pela Companhia Karsten, empresa que sempre esteve ao lado do grupo.

No ano de 1983, o Grupo Folclórico Alpino Germânico recebeu o convite do prefeito Eugênio Zimmer para se estabelecer e representar o município de Pomerode, porque a maioria dos dançarinos já na época era daquela cidade. A prefeitura municipal ofereceu uma ajuda de custo para o transporte do grupo e até hoje é mantida uma subvenção social aos grupos folclóricos do município.

Lembro-me bem que em 1968, quando meu pai era prefeito de Pomerode, a antiga TV Coligadas, deputado Jean Kuhlmann, apresentava um programa direcionado aos municípios. Certo dia, Pomerode se apresentou no programa mostrando todo o seu desenvolvimento econômico, social e cultural, e o Grupo Alpino Germânico fez sua primeira apresentação na televisão. Essa apresentação foi marcante, principalmente para mim, que era muito menino e estava nos estúdios da TV Coligadas assistindo a tudo.

Pois bem, no próximo sábado, no Teatro Municipal Rodolfo Siewert, de Pomerode, acontecerá a comemoração dos 50 anos do Grupo Folclórico Alpino Germânico.

Assim, quero cumprimentar os atuais integrantes e a atual diretoria, que estão

envidando todos os esforços para manter ativo esse grupo folclórico por tantos anos. É claro que durante esses 50 anos muitos dançarinos entraram e saíram, porque para nele permanecer é preciso ser uma pessoa motivada, uma pessoa que goste de dança e música e que tenha paixão pela cultura germânica.

Mais uma vez, quero deixar os meus cumprimentos e registrar nos anais da Assembleia Legislativa os 50 anos de existência do Grupo Folclórico Alpino Germânico, um exemplo na manutenção das tradições germânicas em nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Gilmar Knaesel.

Esta Presidência registra a presença das seguintes personalidades: Leandro Mané Ferrari, presidente da Associação Náutica Catarinense para o Brasil; Tarcísio Schmitt, vice-presidente da Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Santa Catarina; Hélio da Silva Leite Júnior, gestor de Negócios da Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis; Luiz Padilha, vice-presidente regional da Grande Florianópolis da Associação Brasileira de Agências de Viagens de Santa Catarina; Fábio Queiroz, presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes; Zena Becker, da ONG Floripa Amanhã; Homero Gomes, da revista *Trade Tour*; Carlos Leite, da Habitasul; e Eugênio David Cordeiro Neto, presidente da Florianópolis e Região Convention & Visitors Bureau.

Sejam todos bem-vindos nesta sessão da manhã de quinta-feira.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Como não há oradores do partido inscritos, passaremos ao tempo destinado ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, tenho acompanhado, nas últimas três semanas, as manifestações de lideranças políticas no que diz respeito à ferrovia da integração. Neste plenário ouvi manifestações de colegas deputados defendendo o traçado dessa ferrovia passando pelo vale do Itajaí, ou seja: Dionísio Cerqueira/Rio do Sul/Blumenau/Itajaí.

Em Brasília, deputado Neodi Saretta, parlamentares federais defenderam a tese de que a ferrovia da integração deve passar pelo vale do Itajaí. Mas também já ouvi manifestações de outros parlamentares, segundo os quais a integração do leste com o oeste através da ferrovia deve chegar aos portos catarinenses.

Sendo assim, esse debate proporcionou manifestações diversas e repercutiu junto ao governo federal, tanto é que houve a suspensão da licitação do estudo de viabilidade econômica.

Obviamente que defendemos a integração do oeste com o meio-oeste e o planalto norte com os portos catarinenses - e não exclusivamente com um porto, porque há como fazer a ferrovia litorânea fazendo essa integração. Mas acredito que mais do que a defesa de traçados por parlamentares, a decisão depende do Executivo federal, que irá dizer qual o melhor traçado, qual o de menor custo, qual o de menor impacto ambiental e qual o de maior retorno econômico-financeiro para atrair empreendedores, quando ocorrer a concessão.

O que eu defendo é que o Executivo faça o estudo técnico, econômico, financeiro e ambiental, e decida pelo traçado que for o melhor, tanto do ponto de vista da economia dos recursos públicos, quanto do ponto de vista dos investidores. Porque nesse modelo de concessão é o setor privado que vai colocar o dinheiro, mas dinheiro público também será investido com certeza, provavelmente através do BNDES.

Sr, presidente, a Fiesc também defende a tese de que deva ser feito um estudo técnico, econômico, financeiro e ambiental, a fim de que o traçado escolhido seja o melhor para Santa Catarina, viabilizando a integração com o centro-

oeste brasileiro e com os estados do Paraná e de Santa Catarina, que necessitam de matéria-prima, principalmente grãos, oriunda do estado do Mato Grosso, que poderia exportar através dos nossos portos.

Sr. presidente, estamos fazendo esta manifestação para que fique muito claro que defendemos a tese da integração do oeste com o litoral, mas através de um traçado que seja o melhor para os catarinense e para todo o Brasil, além de representar um custo menor e um impacto ambiental de pouca monta. Não se pode permitir que aconteça com as ferrovias o que aconteceu com o setor rodoviário, no qual o setor privado vem mostrando pouco interesse em investir, porque os riscos financeiros e políticos não atraem os consórcios.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0021/2013, 0147/2013, 0198/2012 e 0435/2011 e que os mesmos terão seu encaminhamento conforme o art. 143 e seus §§ do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que será enviada ao destinatário a Indicação n. 0595/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s: 1.014/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; e 1.017/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima.

Moção n. 0097/2013, de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada aos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, manifestando apoio à aprovação do PL n. 8.035/2010, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Moção n. 0098/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e aos deputados federais de Santa Catarina, manifestando apoio à aprovação urgente do PLP n. 275/2001, que dispõe sobre a aposentadoria do funcionário policial nos termos do art. 103 da Constituição Federal, para regulamentar a aposentadoria da mulher servidora policial.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, sras. parlamentares, todos que nos acompanham no plenário e também em suas residências pela TVAL ou pela Rádio Alesc Digital.

Quero, sr. presidente, parabenizar esta Casa pela belíssima sessão especial realizada na noite de ontem. Tivemos a oportunidade, na noite da última quarta-feira, de homenagear um segmento da sociedade que surgiu há 12 anos, através de um decreto estadual de 12 de março de 2001, cuja regulamentação se deu em 6 de julho do mesmo ano.

Estou falando da homenagem que fizemos aos Conselhos Comunitários de Segurança do nosso estado, os Consegs, que têm um papel fundamental na articulação de vários segmentos sociais: Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, prefeitura, agentes locais de segurança

pública, juntamente com aqueles que não fazem parte do aparato de segurança, que são as entidades empresariais, as entidades comunitárias e todos aqueles voluntários que querem participar desse processo tão importante, que é trabalhar a questão da redução dos índices de criminalidade e aumentar a segurança na sociedade.

Os Consegs são formados por pessoas totalmente voluntárias, pessoas que não ganham nada para estar ali fazendo o seu trabalho, mas que ajudam a sua comunidade. Sei que os Consegs de Blumenau fazem um trabalho exemplar, e uso-os como modelo para todo o estado de Santa Catarina e até para o país.

Foram homenageadas várias pessoas na noite de ontem: os Consegs de Blumenau, através do sr. Osni Luiz Bahr; os Consegs da Escola Agrícola, da Velha e de Vorstadt. Foram também homenageados os Consegs de Piçarras, de Florianópolis e de Jaraguá do Sul.

A sessão contou com a participação da deputada Ana Paula Lima, o que denota a importância do trabalho voluntário exercido pelos Consegs. E posso falar porque conheço bem a questão, já que me criei numa associação de moradores e comecei meu trabalho dentro de uma associação de moradores que participava do Conseg.

Por isso, parabéns a todos os catarinenses que ajudaram a construir esses 12 anos de sucesso e de participação comunitária. Essa é a diferença do nosso estado para outros estados, tenho certeza de que o nosso estado tem uma qualidade de vida melhor por causa justamente desse modelo de participação comunitária.

Sr. presidente, não posso calar-me diante do que ocorreu ontem, quando o STF julgou a recepção ou não dos embargos infringentes de vários condenados no caso do "mensalão". No meu entendimento, ao aceitar os tais embargos infringentes, o Supremo Tribunal Federal transformou o julgamento do "mensalão" em pizza!

Essa é a razão, srs. deputados, de o Poder Judiciário estar perdendo a credibilidade. Esse tipo de procedimento, de atitude, é que faz com

que a sociedade vá para as ruas mostrar a sua indignação, mostrar que não aceita, que não concorda com esse tipo de coisa e que quer um país diferente.

Volto a dizer que só conseguiremos mudar nosso país a partir do momento em que for aprovada neste país a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte composta por pessoas que nos 20 anos subsequentes não possam concorrer a nenhum cargo público. Serão pessoas que não poderão beneficiar-se das leis aprovadas, porque o que vemos hoje é um Congresso que não consegue aprovar a reforma política e um Judiciário comprometido.

Ontem acabei ficando convencido de que precisamos de uma Assembleia Nacional Constituinte composta por pessoas que votem o que é melhor para a sociedade e não para elas próprias. Enquanto não mudarmos o atual modelo político, o Brasil não fará as mudanças que o povo vem pedindo nas ruas. Se o povo for novamente para as ruas, que peça uma Assembleia Nacional Constituinte com pessoas que não se beneficiarão com o que for aprovado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR) **lenita**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente e srs. deputados, assomo à tribuna nesta quinta-feira para informar sobre uma luta que vem sendo travada ao longo de muitos anos no sul de Santa Catarina.

Na próxima segunda-feira teremos a presença da ministra Ideli Salvatti - pelo menos, por ora está confirmada -, em Timbé do Sul, onde será entregue a autorização para o início das obras pelo Consórcio Sultepa, que construirá a rodovia que promoverá a integração cada vez maior entre Santa Catarina e o noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

Há algum tempo li um manuscrito dos idos de 1950 e 1951, época em que os franceses por aqui passaram e prospectaram projetos do porto da foz do rio Araranguá, que teria sido caracterizado

como um dos maiores portos do sul do Brasil, com um calado 19m de profundidade e com a concepção moderna de aportar navios Panamax. Nesse projeto, a BR-285 já constava como rodovia da integração com o porto da foz do rio Araranguá, concomitantemente com o porto de Imbituba.

V.Exas. vejam o equívoco do sistema modal e intermodal do Brasil, que numa visão retrógada reduziu nossa malha ferroviária de 32.000km para 22.000km, ao passo que deveríamos ter prospectado novos acessos, estando hoje na casa dos 100.000km.

Na verdade, o país ficou engessado em consequência da falta de visão macro, da falta de uma política de planejamento de médio e longo prazo, o que acabou colocando o país numa situação desfavorável na competição com os países desenvolvidos.

Eu vejo com muita expectativa essa questão dentro de um programa chamado RDC, Regime Diferenciado de Contratação, que vai dar celeridade aos procedimentos, a fim de que essa obra possa, efetivamente, ser iniciada e concluída, diminuindo o custo Brasil, dando segurança jurídica aos investidores e possibilitando condições de competitividade com os demais países.

Sr. presidente, com relação ao pacote de R\$ 2 bilhões de financiamento que o governo do estado busca junto ao Banco do Brasil, com a aquiescência do governo federal, que totalizarão R\$ 10 bilhões em investimentos em Santa Catarina, quero dizer que, com certeza, terão um impacto muito grande, muito forte, na infraestrutura, na mobilidade, na acessibilidade, na recuperação e restauração de rodovias, na construção de novos acessos, na modernização dos portos e dos aeroportos, na saúde, na segurança, na educação e na ação social.

Dentro desse rol de obras, temos a satisfação de dizer que está contemplada uma rodovia que esperávamos há mais 20 anos, a primeira rodovia estadualizada no estado, chamada Jacob Westrup, que interliga o município de Nova Veneza, passando por Forquilha e com entroncamento na BR-101, com o município de Maracajá.

Ontem recebemos um sinal do coordenador do Pacto por Santa Catarina e também do secretário de Obras garantindo que essa obra constará da lista que será encaminhada ao Banco do Brasil. Esperamos que no mês de outubro o governador possa ir ao sul do estado para anunciar a consecução de tão esperada obra.

Concomitantemente à questão da rodovia Jacob Westrup, temos também a inclusão do acesso à Escola Agrotécnica Federal, no município de Sombrio, que vem formando técnicos agrícolas e especialistas de renome, exportando-os para os demais estados e até para o exterior.

Somam-se a esses pleitos a construção da barragem do rio do Salto que, a exemplo da barragem do rio São Bento, poderá culminar na segurança de abastecimento de água à população não apenas de Criciúma, mas de toda a região carbonífera. Hoje, a demanda populacional em torno da barragem é de 350 mil habitantes. No entanto, a capacidade da barragem é para 1,3 milhão de habitantes.

Deputado Serafim Venzon, v.exa. que conhece muito bem aquela região sabe que isso significa dar segurança jurídica não apenas aos investidores, mas também aos moradores, principalmente em momentos de grande precipitação pluviométrica. Além disso, a barragem passou a dar segurança não apenas na questão do abastecimento de água à população, à indústria e à agricultura, mas também no desenvolvimento turístico da região e na movimentação econômica do próprio comércio e da indústria.

Então, a pavimentação da rodovia Jacob Westrup, a duplicação da BR-101, a continuidade do Caminho das Neves, a interligação da serra de Timbé do Sul a São José dos Ausentes e a barragem do rio do Salto, todas essas obras darão uma segurança muito especial para que a região possa prospectar os seus negócios, para que os investidores possam fazer os seus investimentos e ver seus negócios crescerem, gerando, assim, bem-estar social e qualidade de vida ao povo do sul catarinense.

Catarinenses, na próxima segunda-feira, se Deus quiser, estaremos no sul recebendo a ministra e desde já queremos convidar todos que se interessam pela nossa região a estarem conosco na solenidade que concretizará um dos maiores anseios daquela população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero cumprimentar e agradecer a presença nas galerias desta Casa dos alunos de três turmas do 5º ano do Colégio Estadual Ivo Silveira, de Brusque, acompanhados da diretora, das professoras e também de pais, que estão visitando esta Assembleia Legislativa e que visitarão outros pontos da cidade, como o Centro Administrativo e a Casa d'Agronômica, locais que normalmente as escolas visitam para conhecer de perto como funciona a estrutura político-administrativa estadual.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Esta Presidência registra com satisfação a presença dos alunos e mestres do Colégio Estadual Ivo Silveira e manifesta sua alegria em recebê-los.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa Legislativa.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para segunda-feira, às 19h, em Criciúma, em homenagem aos 30 anos do *Jornal da Manhã*.

Está encerrada a sessão.